PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS

TERMO DE SUSPENSÃO. **Pregão Presencial 21/2020** – Processo 33/2020 – Edital 2018/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada na administração e gerenciamento de cartão magnético ou eletrônico, munidos de senha de acesso, para aquisição de gêneros de alimentação em estabelecimentos comerciais (supermercados, padarias, açougues e similares), destinados aos servidores ativos da Prefeitura Municipal de Penápolis. Rodolfo José Valente Araújo, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Penápolis, usando das atribuições que lhe são conferidas, resolve SUSPENDER a Sessão Pública do Pregão supramencionado, que seria realizada no dia 12 de março de 2020 às 09h, por tempo indeterminado. Penápolis, 10 de março de 2020. RODOLFO JOSÉ VALENTE ARAÚJO - Secretário Municipal de Administração.

Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.

CNPJ nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da **Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.** ("**Companhia**"), na forma prevista no Artigo 124 da lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **18 de março de 2020, às 10:00 horas**, na sede da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 3º e 4º andares, Conjuntos 301 e 401, Dep 12, 13 e 16 Tipo G 4SS G4, Brooklin, CEP 04578-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: alteração do artigo 12 do estatuto social da Companhia para criar o cargo de Diretor Administrativo e definir suas competências e, consequentemente, aumentar de 9 para 10 a quantidade máxima de membros da diretoria da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador, constituído na forma do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, deverá depositar o respectivo mandato na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da Assembleia. São Paulo, 10 de março de 2020. **Pierre Albert Berenstein** - Diretor.

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. – CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (a "Companhia"), convocados a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada no dia 27/03/2020, com início às 11h00min, na sede social da Entidade, na capital do Estado de São Paulo, na Av. Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22ª andar, sala 01, CEP 04576-010, em primeira chamada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; **2.** Destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2019 e a respectiva distribuição do resultado; **3.** Fixação do montante global anual da remuneração dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia; **4.** Confirmação da composição do Conselho de Administração da Companhia; e **5.** Ratificação das funções dos membros da Diretoria perante a SUSEP. Encontram-se à disposição dos associados, na sede social da Entidade, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada. São Paulo, 10/03/2020.
***Raul Nicolas Vargas** – Presidente do Conselho de Administração.* (11, 12 e 13/03/2020)

EDITAL DE LICITAÇÃO 019/2019. ORGÃO: Empresa Municipal de Mobilidade Urbana de Marília – EMDURB. MODALIDADE: Concorrência Pública nº 001/2019. OBJETO Concessão para prestação de serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo público do MUNICÍPIO DE MARILIA.TERMO DE RETIFICAÇÃO. Ficam retificados os itens 4.5.1 e 15.6.7.9 do Termo de Referência – Anexo I. Em virtude da não alteração na elaboração das propostas fica mantida a data de abertura da sessão. Ficam mantidas as demais cláusulas do Edital. O Termo de Retificação, em sua íntegra, está disponível na sede da Emdurb na Av. das Esmeraldas, 05 – Marília/SP, no site www.emdurbmarilia.com.br ou e-mail: licitacao@emdurbmarilia.com.br. Demais informações (14) 3402-1000.
ROGÉRIO ANTÔNIO ALVES – Presidente da Comissão Especial de Licitação.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

SÃO PAULO AEROPORTOS
DAESP

COMUNICADO – EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO

Acha-se aberta no Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, situado à Avenida do Estado, n.º 777 - 6º andar - Ponte Pequena - São Paulo a licitação na modalidade **LEILÃO PÚBLICO Nº 001/DAESP/2020** - Processo n.º 034/2019/DAESP - cujo objeto é a **ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, CONSIDERADOS INSERVÍVEIS AO PATRIMÔNIO DO DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – DAESP.**
A realização da sessão pública de abertura do Leilão será no dia 03/04/2020, às 10:00 horas. O Edital completo poderá ser consultado e/ou obtido gratuitamente nos Sites **www.daesp.sp.gov.br**, **www.sumareleiloes.com.br** e/ou **www.impressaoficial.com.br.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA

HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020. Processo Administrativo n.º 010/2020. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA: Futura e Eventual Aquisição de Rachão e Pedra 3, conforme Termo de Referência do Anexo I. Após analisar todas as da douta do (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, acolho suas razões pelas quais optaram em seu julgamento pela proposta da licitante: ANTONIO CARLOS ALVES SALTO DE PIRAPORA ME nos itens 01 e 02 perfazendo um valor total de R$ 2.087.100,00 (dois milhões oitenta e sete mil e cem reais); E, entendo como justo e legal, motivo pelo qual HOMOLOGO a presente licitação em favor da mesma proponente vencedora. Encaminhe-se aos autos para proceder a Ata de Registro de Preços, registrando o preço ofertado e após os demais atos. Araçoiaba da Serra, 09 de março de 2020.

Dirlei Salas Ortega - Prefeito Municipal - Ordenador de Despesa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA

HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020. Processo Administrativo n.º 009/2020. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA: Futura e Eventual Aquisição de Pedrisco, Pedra Britada Graduada e Pó de Pedra, com quantitativos máximos e condições mínimas contidas no Termo de Referência do Anexo I. Após analisar todas as da douta do (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, acolho suas razões pelas quais optaram em seu julgamento pelas propostas das licitantes: ANTONIO CARLOS ALVES SALTO DE PIRAPORA ME no item 02 perfazendo um valor total de R$ 4.260.000,00 (quatro milhões e duzentos e sessenta mil reais); ZARAMELLA & ZARAMELLA COMERCIO E SERVIÇOS OPERACIONAIS LTDA ME nos itens 01 e 03 perfazendo um valor total de R$ 4.882.500,00 (quatro milhões duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais); E, entendo como justo e legal, motivo pelo qual HOMOLOGO a presente licitação em favor da mesma proponente vencedora. Encaminhe-se aos autos para proceder a Ata de Registro de Preços, registrando o preço ofertado e após os demais atos. Araçoiaba da Serra, 09 de março de 2020.

Dirlei Salas Ortega - Prefeito Municipal - Ordenador de Despesa

MPMT Ministério Público DO ESTADO DE MATO GROSSO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

ERRATA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020

Edital nº: **022/2020/PGJ/MP-MT** Modalidade: **Pregão Eletrônico** Objeto da Licitação: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, INCLUINDO MONTAGEM E INSTALAÇÃO, PARA ATENDER AS REFORMAS E AMPLIAÇÕES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.**, conforme especificações constantes no edital e anexos.
A Gerência de Licitações informa que o Preâmbulo e o edital na Cláusula Décima Primeira, subitem 11.8, passa a ter a seguinte redação:
PREÂMBULO
DATA DA REALIZAÇÃO: 23/03/2020
HORÁRIO PREVISTO PARA O INÍCIO DA SESSÃO: 09h30 (horário de Brasília-DF)
11. DO INÍCIO DA FASE COMPETITIVA
...
11.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberta, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorroga-ções, cujo intervalo de diferença não poderá ser inferior a **R$ 10,00 (dez reais).**
Justificativas/Observações:
a) Todos os demais itens do Edital de Pregão Eletrônico em referência permanecem inalterados.
Cuiabá/MT, 10 de março de 2020.
Luiz Claudio Arruda Moreno
Gerente de Licitações
Ato nº 166/2015-PGJ, DOE/MT de 09.04.2015

LEILÃO DE IMÓVEIS 19/03/2020 15h
Somente on-line.
08 IMÓVEIS PRONTOS PARA MORAR EM SÃO PAULO
• APARTAMENTOS • CASAS
ACESSE O NOSSO SITE E CONFIRA TODAS AS OPORTUNIDADES
Lance mínimo a partir de: R$ 219.000,00
WWW.LEILAOVIP.COM.BR
Informações: 0800-717-8888 (11) 3093 5252
Eduardo Jordão Boyadjian Leiloeiro Oficial - JUCESP 464
Leilão VIP .com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 015/2020: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 016/2020 – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020** – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2020 - EDITAL Nº. 015/2020 - tipo menor valor para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA O DEPARTAMENTO DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme condições editalícias. Entrega dos Envelopes: ocorrerá impreterivelmente, no dia 25 de março de 2020, às 08h00min, no Paço Municipal de Buritizal/SP, junto ao Setor de Licitações. As cópias dos Editais e seus anexos estarão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00, na Rua São Paulo, nº 131, Centro, Buritizal-SP, ou através do site www.buritizal.sp.gov.br. Buritizal/SP, 11 de março de 2.020. AGLIBERTO GONÇALVES-PREFEITO MUNICIPAL.

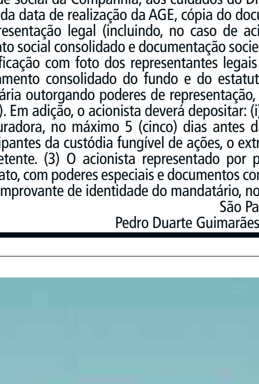
BANCO PAN

BANCO PAN S.A.

CNPJ: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Convidamos os acionistas do Banco PAN S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 26 de março de 2020, às 10h30min, na Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar, São Paulo/SP, CEP 01310-100, a fim de deliberar sobre: (i) Remanejamento de Membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Autorização à Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na AGE. (1) A cópia dos documentos pertinentes às matérias descritas na ordem do dia, notadamente aquela prevista no artigo 10 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481/2009, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da Companhia, na área destinada às Relações com Investidores (www.bancopan.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). (2) Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o acionista que desejar participar da AGE deverá depositar na sede social da Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, em até 72 (setenta e duas) horas antes da data de realização da AGE, cópia do documento de identidade com foto e/ou atos societários que comprovem a representação legal (incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas, cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais e, no caso de fundos de investimento, cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais). Em adição, o acionista deverá depositar: (i) comprovante de sua condição de acionista expedido pela instituição escrituradora, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGE; e/ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. (3) O acionista representado por procurador deverá, também, depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas reconhecidas e o comprovante de identidade do mandatário, no endereço e no prazo acima mencionados.
São Paulo, 11 de março de 2020.
Pedro Duarte Guimarães - Presidente do Conselho de Administração


Com o VALOR DIGITAL, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.
ACESSE: VALOR.COM.BR

Padtec

PADTEC S.A.

CNPJ nº 03.549.807/0001-76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Diretoria A Padtec, maior fabricante de sistemas de transporte óptico da América Latina com a tecnologia DWDM, encerrou o ano de 2019 com lucro líquido de R$ 9,5 milhões. A receita líquida da Companhia foi de R$ 220 milhões. O cenário econômico e político do país, continua afetando diretamente nossos negócios, com a redução dos investimentos dos grandes grupos do setor de telecomunicações. Nos últimos anos, observamos a base de clientes da Padtec crescer exponencialmente, no Brasil e na América Latina, e isso tem estimulado os negócios da empresa. O foco da Companhia para os próximos anos será oferecer soluções em produtos e serviços mais avançados e robustos, tornando a Companhia cada vez mais competitiva. A Companhia planeja manter o foco no desenvolvimento de tecnologia de ponta, com alto conteúdo nacional, para aplicações em redes terrestres, ampliar sua liderança no mercado brasileiro e aumentar agressivamente sua presença internacional. O número de clientes ativos apresentou um crescimento de 13% durante o ano de 2019 chegando a um total de 90, resultado da liderança da Padtec no segmento de novas operadoras regionais no Brasil. Os clientes são segmentados entre as maiores Operadoras de Telecomunicações do país, Provedores de Internet, Utilities, Data Centers dentre outros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019 - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro (prejuízo) por ação, expresso em reais - R$)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante	**213.191**	**184.363**	**216.567**	**187.045**
Caixa e equivalentes de caixa	44.643	40.041	46.278	41.903
Contas a receber de clientes	58.898	70.564	62.196	70.987
Estoques	54.385	40.807	55.657	41.211
Impostos a recuperar	9.351	12.801	9.924	13.464
Partes relacionadas	3.483	781	–	–
Operações financeiras	41.060	16.734	41.060	16.734
Outras contas a receber	1.371	2.635	1.452	2.746
Ativo não circulante mantido para venda	–	**23.671**	–	**23.671**
Ativo mantido para venda	–	23.671	–	23.671
Não circulante	**83.113**	**92.246**	**80.416**	**90.451**
Contas a receber de clientes	3.771	4.793	3.771	4.793
Impostos a recuperar	26	15	26	15
Aplicações financeiras restritas	14.787	11.456	14.787	11.456
Operações financeiras	18.973	12.263	18.973	12.263
Outras contas a receber	1.980	2.107	1.980	2.107
Investimentos	2.884	1.980	–	–
Imobilizado	19.014	11.739	19.054	11.768
Intangível	21.678	47.893	21.825	48.049
Total do ativo	**296.304**	**300.280**	**296.983**	**301.167**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante	**135.048**	**103.974**	**135.727**	**104.861**
Empréstimos e financiamentos	23.927	31.445	23.927	31.445
Operações de arrendamento mercantil	2.753	–	2.753	–
Fornecedores	34.508	24.872	34.523	25.194
Risco sacado	1.655	2.036	1.655	2.036
Impostos e contribuições a pagar	11.267	10.741	11.299	10.884
Obrigações sociais	13.526	16.103	13.732	16.224
Partes relacionadas	3.250	3	3.250	3
Provisões diversas	2.577	1.768	2.577	1.768
Operações financeiras	41.060	16.734	41.060	16.734
Outras contas a pagar	525	272	951	573
Não circulante	**57.290**	**100.409**	**57.290**	**100.409**
Empréstimos e financiamentos	21.888	57.158	21.888	57.158
Operações de arrendamento mercantil	3.290	–	3.290	–
Subvenções governamentais	–	3.582	–	3.582
Impostos e contribuições a pagar parcelamento	2.171	4.193	2.171	4.193
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	10.358	14.952	10.358	14.952
Partes relacionadas	610	8.261	610	8.261
Operações financeiras	18.973	12.263	18.973	12.263
Total do passivo	**192.338**	**204.383**	**193.017**	**205.270**
Patrimônio líquido	**103.966**	**95.897**	**103.966**	**95.897**
Capital social	230.003	230.883	230.003	230.883
Reservas de capital	21	–	21	–
Prejuízos acumulados	(123.435)	(132.935)	(123.435)	(132.935)
Ajuste ou conversão de balanço	(2.623)	(2.051)	(2.623)	(2.051)
Total do passivo e patrimônio líquido	**296.304**	**300.280**	**296.983**	**301.167**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
Operações continuadas	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Receita operacional líquida	**220.159**	**226.079**	**220.804**	**229.384**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(154.594)	(156.036)	(153.768)	(156.952)
Lucro bruto	**65.565**	**70.043**	**67.036**	**72.432**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	(19.310)	(17.061)	(22.744)	(18.612)
Despesas comerciais	(19.433)	(17.453)	(22.917)	(20.092)
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(26.748)	(19.434)	(26.801)	(19.434)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.145)	(2.190)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.072)	27.871	(1.072)	27.871
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras	**(6.143)**	**41.776**	**(6.498)**	**42.165**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	17.633	18.281	18.688	18.294
Despesas financeiras	(25.753)	(26.674)	(26.438)	(27.073)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(14.263)**	**33.383**	**(14.248)**	**33.386**
IRPJ e CSLL				
Corrente	(906)	–	(921)	(3)
Lucro (prejuízo) do exercício proveniente de operações em continuidade	**(15.169)**	**33.383**	**(15.169)**	**33.383**
Operações descontinuadas				
Resultado líquido das operações descontinuadas	24.669	–	24.669	–
Prejuízo do exercício proveniente de operações descontinuadas	**24.669**	–	**24.669**	–
Lucro líquido do exercício	**9.500**	**33.383**	**9.500**	**33.383**
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	9.500	33.383	9.500	33.383
Lucro líquido do exercício	**9.500**	**33.383**	**9.500**	**33.383**
Lucro líquido por ação				
Lucro por ação básico	0,7239	2,5438		
Lucro por ação diluído	0,7260	2,5438		
Lucro líquido por ação das operações continuadas				
Lucro (prejuízo) por ação básico das operações continuadas	(1,1559)	2,5438		
Lucro (prejuízo) por ação diluído das operações continuadas	(1,1592)	2,5438		
Lucro líquido por ação das operações descontinuadas				
Lucro por ação básico das operações descontinuadas	1,8798	–		
Lucro por ação diluído das operações descontinuadas	1,8852	–		

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Lucro líquido do exercício	**9.500**	**33.383**
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:		
Outros resultados abrangentes		
Ajustes de conversão de balanço das controladas no exterior	(572)	(1.017)
Resultado abrangente do exercício	**8.928**	**32.366**
Resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas controladores	8.928	32.366
Resultado abrangente do exercício	**8.928**	**32.366**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Controladora e Consolidado

	Capital social	Reserva de capital	Lucros/ prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1°/01/2018	**230.364**	**921**	**(166.318)**	**(1.034)**	**63.933**	**63.933**
Lucro líquido do exercício	–	–	33.383	–	**33.383**	**33.383**
Integralização de Capital Social	(402)	–	–	–	**(402)**	**(402)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(1.017)	**(1.017)**	**(1.017)**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–
Reserva de capital	921	(921)	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2018	**230.883**	**–**	**(132.935)**	**(2.051)**	**95.897**	**95.897**
Lucro líquido do exercício	–	–	9.500	–	**9.500**	**9.500**
Cancelamento de ações	(880)	–	–	–	**(880)**	**(880)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	(572)	**(572)**	**(572)**
Reserva de capital	–	21	–	–	**21**	**21**
Saldos em 31/12/2019	**230.003**	**21**	**(123.435)**	**(2.623)**	**103.966**	**103.966**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos das operações continuadas	(14.263)	33.383	(14.248)	33.386
Lucro do exercício antes dos impostos das operações descontinuadas	24.669	–	24.669	–
Lucro do periodo antes dos impostos	**10.406**	**33.383**	**10.421**	**33.386**
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	5.178	7.603	5.265	7.640
Juros e variações monetária sobre empréstimos	5.336	7.421	5.336	7.421
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	256	(7.770)	256	(7.770)
Ajuste a valor presente do contas a receber	(692)	(547)	(692)	(547)
Constituição (reversão) de provisões diversas	809	(4.279)	809	(4.279)
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(4.594)	2.197	(4.594)	2.197
Provisões para obsolescência dos estoques	(872)	(8.200)	(872)	(8.200)
Resultado de equivalência patrimonial	5.145	2.190	–	–
Alienação e baixa de ativo imobilizado e intangível	65.440	201	65.385	201
Ganho na baixa de ativo não circulante	(79.268)	–	(79.268)	–
Juros de aplicação financeira	(506)	(712)	(506)	(712)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	13.124	(8.809)	10.249	(6.693)
Estoques	(12.240)	11.333	(13.108)	10.981
Ativo mantido para venda	(23.671)	–	(23.671)	–
Impostos a recuperar	3.439	4.503	3.529	4.429
Transações com partes relacionadas	(2.702)	1.788	–	–
Operações financeiras	(31.036)	–	(31.036)	–
Outras contas a receber	1.391	(2.454)	1.421	(2.413)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	9.636	4.287	9.329	4.537
Obrigações sociais	(2.577)	3.977	(2.492)	3.997
Impostos a pagar e contribuições	(1.496)	(2.249)	(1.607)	(2.108)
IRPJ e CSLL - pagos	(906)	–	(921)	(3)
Transações com partes relacionadas	(4.404)	406	(4.404)	406
Operações financeiras	31.036	–	31.036	–
Outras contas a pagar	274	(700)	399	(424)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(6.982)	(8.262)	(6.982)	(8.262)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(20.476)**	**35.307**	**(26.718)**	**33.784**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em controlada (caixa)	(6.187)	(2.875)	–	–
Aumento de capital em controlada (ativos)	(434)	–	–	–
Aplicações financeiras restritas	(2.825)	7.369	(2.825)	7.369
Aquisição de imobilizado e intangível	(22.430)	(23.409)	(22.464)	(23.444)
Venda de Investimento	102.939	–	102.939	–
Subvenção	(3.582)	–	(3.582)	–
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	**67.481**	**(18.915)**	**74.068**	**(16.075)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	(880)	(402)	(880)	(402)
Risco sacado	(381)	2.036	(381)	2.036
Captações de empréstimos e financiamentos	379	18.028	379	18.028
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(41.521)	(16.478)	(41.521)	(16.478)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**(42.403)**	**3.184**	**(42.403)**	**3.184**
Variação cambial de caixa em moeda estrangeira	–	–	(572)	(1.017)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**4.602**	**19.576**	**4.375**	**19.876**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**40.041**	**20.465**	**41.903**	**22.027**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**44.643**	**40.041**	**46.278**	**41.903**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
1 - Receitas	**284.943**	**275.691**	**285.630**	**279.504**
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	260.530	267.921	261.217	271.734
1.2. Provisão para devedores duvidosos	(256)	7.770	(256)	7.770
1.3. Outras receitas	24.669	–	24.669	–
2 - Insumos adquiridos de terceiros	**120.548**	**90.787**	**120.974**	**93.465**
2.1. Materiais consumidos	78.934	74.677	77.809	75.591
2.2. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	41.614	16.110	43.165	17.874
3 - Retenções	**5.178**	**7.603**	**5.265**	**7.640**
3.1. Depreciação e amortização	5.178	7.603	5.265	7.640
4 - Valor adicionado líquido	**159.217**	**177.301**	**159.391**	**178.399**
5 - Valor adicionado recebido em transferência	**12.488**	**16.091**	**18.688**	**18.294**
5.1. Resultado de equivalência patrimonial	(5.145)	(2.190)	–	–
5.2. Receitas financeiras	17.633	18.281	18.688	18.294
6 - Valor adicionado total a distribuir	**171.705**	**193.392**	**178.079**	**196.693**
7 - Distribuição do valor adicionado	**171.705**	**193.392**	**178.079**	**196.693**
7.1. Pessoal e encargos	**72.951**	**69.830**	**78.488**	**72.346**
Remuneração direta	56.655	51.588	62.147	54.104
Benefícios	11.914	14.069	11.927	14.069
FGTS	4.382	4.173	4.414	4.173
7.2. Impostos, taxas e contribuições	**57.009**	**57.625**	**57.138**	**57.972**
Federais	37.788	37.014	37.917	37.361
Estaduais	17.322	18.350	17.322	18.350
Municipais	1.899	2.261	1.899	2.261
7.3. Remuneração do capital de terceiros	**32.245**	**32.554**	**32.953**	**32.992**
Despesas financeiras	25.753	26.674	26.438	27.073
Aluguéis	6.492	5.880	6.515	5.919
7.4. Remuneração do capital próprio	**9.500**	**33.383**	**9.500**	**33.383**
Lucro líquido retidos do exercício	9.500	33.383	9.500	33.383

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional e informações corporativas: A Padtec S.A. ("Companhia" ou "Padtec") é uma sociedade por ações de capital fechado voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de soluções turnkey para sistemas ópticos. Seu portfólio inclui equipamentos para acesso corporativo, Data Center Interconnect, Storage Area Network Extension, redes metropolitanas e redes multi-terabit de longa distância terrestre e submarinas. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Doutor Ricardo Benetton Martins, 1.000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, Campinas/SP, Brasil. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referida como Grupo):

	Participação %		
	2019		2018
	Direta	Indireta	Direta
Sucursal Argentina (a)	100,00%		100,00%
Padtec EUA (b)	100,00%		100,00%
Padtec Colômbia (c)	100,00%		100,00%
Padtec Chile (d)		100,00%	

a) Padtec - Sucursal Argentina: empresa operacional argentina, constituída como filial em 2007. O objetivo principal é a realização de atividades comerciais, revenda de produtos do Grupo e prestação de serviços de implantação, operação e manutenção. A Companhia possui 100% da participação societária; **b) Padtec - Estados Unidos da América:** empresa operacional americana, constituída em fevereiro de 2014. O objetivo principal é revender produtos do Grupo e serviços de implantação, operação e manutenção. A Companhia possui 100% da participação societária. **c) Padtec - Colômbia:** empresa operacional colombiana, constituída como filial em outubro de 2014. O objetivo principal é revender produtos do Grupo e serviços de implantação operação e manutenção. A Companhia possui 100% da participação societária. **d) Padtec - Chile:** empresa operacional chilena, constituída em junho de 2019, sendo 100% das ações de sua emissão subscrita pela Padtec Sucursal Argentina. O objetivo principal é a realização de atividades comerciais, revenda de produtos do Grupo e prestação de serviços de implantação, operação e manutenção. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às Normas Internacionais de Contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas na gestão do Grupo. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 12/02/2020. Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais do Grupo no qual o IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi aplicado. Mudanças nas práticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa 17. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros mensurado ao custo amortizado; ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e iii) instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.3. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração do Grupo faça julgamento e adote estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis podem diferir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 12 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 13 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 5 - Contas a receber de clientes (provisão para perdas de devedores duvidoso: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 6 - Estoque (provisão para realização e obsolescência dos estoques: principais premissas em relação à expectative de perda do estoque); • Nota 17 - Operações de Arrendamento Mercantil (determinação se um contrato contém um arrendamento) • Nota 21.1 - Provisões Diversas (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade das saídas de recursos). • Nota 21.2 - Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade das saídas de recursos); **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia (Controladora). A moeda funcional das controladas nos Estados Unidos e Argentina é o dólar norte-americano e da Colômbia o peso colombiano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real são contabilizados no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes - efeitos de conversão de investimentos no exterior. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações contábeis em IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. **3. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil adotado em 31 de dezembro de 2019, descrito na nota explicativa n° 17. **3.1. Base de Consolidação:** Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados na Controladora pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das sociedades controladas é reconhecida no resultado do exercício, como resultado de equivalência patrimonial. No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes - ajuste de conversão de investimentos no exterior e somente são levadas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para o cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados nas operações com controladas são integralmente eliminados, tanto nas operações de venda da Controladora para a controlada, quanto entre as controladas. Perdas não realizadas são eliminadas, mas somente se não houver evidência de perda por redução do valor recuperável. Saldos e transações entre as sociedades e quaisquer receitas ou despesas dessas transações são eliminados integralmente na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. **3.2. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **3.3. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiros são transferidos. Mensuração: - Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. - Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. - Instrumentos de dívidas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. - Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho do resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **ii. Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, empréstimos e financiamentos, saldo a pagar a fornecedores e operações de risco sacado. **3.4. Caixa e equivalente de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado". **3.5. Contas a receber de clientes:** O contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as prováveis perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base em uma taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. **3.6. Estoques:** Demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia e suas controladas custeiam seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes. **3.7. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. **3.8. Intangível:** Registrado ao custo de aquisição é composto basicamente por: **i) Software:** Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. A vida útil estimada dos itens significativos do ativo intangível para os exercícios apresentados estão divulgados na Nota Explicativa 13. **ii) Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento são reconhecidos no ativo intangível somente quando atendem a todos os seguintes critérios: (i) os custos de desenvolvimento possam ser mensurados de maneira confiável; (ii) o produto ou processo for técnica e comercialmente viável e os benefícios econômicos futuros forem prováveis; e (iii) a Companhia e suas controladas tenham a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **iii) Gastos subsequentes:** Capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. **iv) Amortização:** Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estão disponíveis para uso. **3.9. Redução ao valor recuperável - *impairment*:** No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável, pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **3.10. Ativo disponível para venda:** Ativos são classificados como disponível para venda se for altamente provável que o Grupo irá aliená-los dentro de um ano da data de sua classificação e desde que estejam em condições de venda. Os ativos disponíveis para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzido das despesas de venda. **3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considere as avaliações atuais de mercado e de riscos específicos para o passivo. A provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis é constituída com base em pareceres jurídicos e na avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial para os riscos considerados prováveis de perda. **3.12. Subvenção e assistência governamentais:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendida às condições do CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica do passivo. **3.13. Benefícios a empregados: i) Plano de pensão:** A Companhia fornece aos seus colaboradores benefício de plano de previdência privada, reconhecido pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 - Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Os planos são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social, e têm as seguintes características: **• Plano de contribuição definida:** plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas, para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do período em que os serviços são prestados; **• Plano de benefício definido:** a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. **ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o Ebitda da Companhia, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada. **3.14. Resultado por ação - básico e diluído:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição atribuíveis, as opções de compra de ações tivessem sido emitidas durante os exercícios apresentados. **3.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. O imposto corrente e impostos diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis nos países onde a Companhia e suas controladas operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas; entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas somente reconhecem uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia e suas controladas determinam se uma obrigação presente existe no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que, existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita. **3.16. Tributos indiretos:** As receitas de vendas dos produtos e serviços prestados estão sujeitas aos impostos e às contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS): 18% com base de cálculo reduzida em 33%, para vendas realizadas no Estado de São Paulo, dos produtos que estão na Lei da Informática - PPB, 12% para as regiões Sul e Sudeste (exceto ES) e 7% para os outros Estados; • Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): 0% para produtos na Lei da Informática - PPB e Tecnologia Nacional ou 3% Lei da Informática - PPB; • Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS): 1,65%; • Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60%; • Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN): 2,00%. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas e estão demonstrados na Nota Explicativa 27. **3.17. Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades do grupo é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **3.18. Garantia dos produtos:** Gastos com garantia relacionados a peças de reposição são reconhecidos no momento em que a receita é registrada na demonstração do resultado. O registro é feito através de valores estimados com base em fatores históricos. O período de cobertura da garantia varia de um a três anos. **3.19. Arrendamento mercantil:** O Grupo reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações do prédio administrativo. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. **3.20. Novas normas e interpretações vigentes:** A seguir, os principais, pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidos pelo IASB e CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 01/01/2019: **• IFRS 16 Arrendamento** - estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 (CPC 06 R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2019, sendo permitida sua adoção antecipada. A Administração optou pela abordagem cumulativa como opção de adoção desta norma para fins de apresentação às demonstrações contábeis da Companhia, onde o direito de uso é correspondente ao passivo de arrendamento, sem efeito no patrimônio líquido na data da adoção (01/01/2019), a administração identificou somente o aluguel de espaço da administração e de operação para o reconhecimento do IFRS 16, o efeito desta adoção é de R$ 6 milhões no ativo imobilizado, tendo como contrapartida a obrigação de aluguel no passivo de circulante de R$ 2,7 milhões e não circulante de R$ 3,3 milhões; **• IFRS 23/ ICPC 22** - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro - emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. A IFRS 23/ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2019. A Companhia avaliou a interpretação e concluiu que não houve impacto material na adoção desta interpretação. **3.21. Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente:** Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. - Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3): essa alteração esclarece a definição de "negócio", visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos. - Iniciativa de Divulgação - Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23): essa alteração esclarece a definição de "material", visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se as informações sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações contábeis sem alterar substancialmente os requisitos existentes. **4. Patrimônio líquido: 4.1. Capital social:** O capital social da Companhia, em 31/12/2019 é de R$ 230.003 (R$ 230.883 em 31/12/2018) totalmente integralizado e estão representadas por 13.085.308 ações ordinárias (13.123.201 em 31/12/2018), todas nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 05/08/2019, foi aprovada a redução de capital social no valor de R$ 880, com destinação do valor correspondente para a constituição de reserva de capital. Decorridos 60 dias sem oposição de credores, a reserva foi constituída e parte (R$859) foi utilizada para recompra de ações, em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações ("Stock Option"), aprovado em AGE de 13/07/2011 e com o artigo 200 da Lei 6.404/76. Em 17/10/2019, foi realizada nova AGE para o cancelamento das 37.893 ações recompradas e em tesouraria.

Acionistas	Quantidade de ações	% de participação
Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	6.055.250	46,14%
IdeiasNet Fundo de Investimento em Participações	4.469.628	34,06%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	2.542.177	19,37%
Outros	56.146	0,43%
	13.123.201	**100,00%**

4.2. Conversão de balanço: Refere-se aos ajustes acumulados de conversão de todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de operações no exterior. **4.3. Reserva Legal:** Em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Sociedade é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. Em 31/12/2019, não foi constituída reserva devido ao prejuízo acumulado da Sociedade. Conforme o artigo 200 da Lei 6.404/76, as reservas de capital foram utilizadas para absorção de prejuízos que ultrapassaram os lucros acumulados e as reservas de lucros. Em 31/12/2018, também não foi constituída reserva legal. **4.4. Dividendos:** O Estatuto Social da Sociedade define a destinação de 25%, ajustada nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, de dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos quando for apurado lucro no exercício. Não houve distribuição de dividendos para o exercício findo em 31/12/2019 devido ao prejuízo acumulado. Em 31/12/2018, também não foram distribuídos dividendos. **5. Lucro (prejuízo) por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinada a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período das opções de compra das ações. A seguir demonstramos o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído em 31/12/2019 e 2018:

	Controladora e Consolidado			
			Operações continuadas	Operações descontinuadas
Numerador básico	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro (prejuízo) do exercício	9.500	33.383	(15.169)	24.669
Média ponderada de ações ordinárias	13.123.201	13.123.201	13.123.201	13.123.201
Lucro (prejuízo) por ação básico - em reais	**0,7239**	**2,5438**	**(1,1559)**	**1,8798**
Numerador diluído				
Lucro (prejuízo) do exercício	9.500	33.383	(15.169)	24.669
Média ponderada de ações ordinárias	13.123.201	13.123.201	13.123.201	13.123.201
Potencial redução nas ações ordinárias em função do plano de ações	(37.893)	–	(37.893)	(37.893)
Lucro (prejuízo) por ação diluído - em reais	**0,7260**	**2,5438**	**(1,1592)**	**1,8852**

6. Evento subsequente: Em dezembro de 2019 foi publicada a alteração da a Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) pela Lei 13.969/2019, de 26/12/2019 com vigência a partir de 01/04/2020 até dezembro de 2029. Com a nova lei não haverá a redução do IPI na saída do produto incentivado. O incentivo fiscal passa a ser o recebimento de crédito financeiro proporcional aos investimentos de P&D feitos antecipadamente. Este crédito financeiro poderá ser utilizado para pagar tributos federais controlados pela Secretária da Receita Federal do Brasil ou ressarcimento em espécie. O Grupo ainda está avaliando os impactos dessa nova lei. **7. Demonstração do fluxo de caixa:** As movimentações patrimoniais que não afetam os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora
	2019
Adoção inicial CPC 06/IFRS 16 - Direito de uso	6.043
Adoção inicial CPC 06/IFRS 16 - Arrendamento Mercantil	(6.043)

MANUEL ANDRADE - PRESIDENTE | **RENATO JORDÃO DA SILVA - DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO** | **JULIANA DE SOUZA RODRIGUES - CONTADORA CRC - 1SP248259/0-9**

Assine o Valor Econômico Ligue e assine agora: 0800 7018888 assinevalor.com.br